

Karin Wall

Introdução

Conhecer as mudanças e as dinâmicas das famílias portuguesas no fim do século XX foi o principal objectivo do trabalho de investigação que deu origem a este livro. Em 1999, ano em que se realizou o inquérito, o conhecimento sobre as famílias em Portugal já não era incipiente. Pela demografia, via-se uma família em mudança desde os anos 60: o casamento religioso perdia peso, tinha-se menos filhos, o divórcio aumentava e a actividade profissional feminina não parava de crescer. Pela sociologia e pela antropologia, conhecia-se alguma da diversidade emergente: valores fortemente marcados pela geração e pela ruralidade, novas formas de família, vivências diversas do divórcio, percursos de famílias – operárias, camponesas, pluriactivas, emigrantes, empresariais – estudadas em profundidade nos anos 80 e início dos anos 90. Pela história, finalmente, percebia-se que, tal como no resto da Europa, os grupos domésticos de família alargada e múltipla não tinham sido majoritários na sociedade portuguesa, predominando, pelo contrário, a família simples do casal com filhos.

Faltava ainda um retrato – ao mesmo tempo extensivo e aprofundado – que fosse representativo do território nacional, que soubesse identificar de forma sistemática os principais traços e diversidades da vida familiar e que analisasse os factores que mais afectam e determinam as formas familiares. Assim, o principal *objectivo da investigação* era o de conhecer o panorama actual e diversificado das famílias (de casais com filhos) na sociedade portuguesa contemporânea, partindo das suas dinâmicas internas (conjugais, parentais, familiares) e procurando relacioná-las sistematicamente com os factores sociais, temporais e de género que as influenciam.

Foram várias as questões e as perspectivas teóricas que levaram, progressivamente, à construção do objecto de estudo.

1. O lado menos visível das transformações da família, que se reporta às dinâmicas internas, estava por estudar. Como interpretar o significado das mudanças demográficas ocorridas a partir da década de 60, sem perceber de que modo estas se faziam sentir na formação do casal, nos novos valores da vida conjugal, no tipo de coesão familiar, nos diferentes papéis femininos e masculinos, no lugar da criança ou ainda nas relações de entajuda e de co-residência com outros parentes?

As alterações em curso indiciavam a emergência de uma pluralidade de formas de viver as relações familiares. Por outro lado, no plano teórico, a sociologia da família, ao propor conceitos e tipologias construídos a partir das realidades de outros países, desafiava-nos a conhecermos os tipos de família na sociedade portuguesa. Na sua formulação mais simples, tratava-se de situar as famílias portuguesas face aos eixos ideal-típicos trabalhados pelos sociólogos da família: *a lógica de instituição*, onde predomina o estatuto social diferenciado dos cônjuges, hierarquias e regras rígidas e uma função instrumental da criança; *a lógica de companheirismo romântico*, onde importa a relação afectiva e se destacam normas de partilha integral e fusional; *a lógica de associação*, onde o primado da relação afectiva procura associar-se a normas que privilegiam a negociação e a autonomia, social e pessoal, de cada indivíduo.

Na sua formulação mais complexa, tratava-se de partir da exploração dos conceitos existentes para, na base de indicadores próprios, induzir analiticamente algumas tipologias que reflectissem, o melhor possível, a diversidade complexa e específica das relações familiares na sociedade portuguesa.

2. As questões levantadas por uma pesquisa empírica raramente se reduzem ao corpo científico das temáticas tratadas na área da especialidade, neste caso o da sociologia da família. No que diz respeito à sociologia da sociedade portuguesa, a problemática da família constituía desde há muito uma «questão» polémica, ao ser analisada em função de quatro debates adjacentes e fundamentais: o debate sobre o Estado-providência na Europa do Sul; o velho debate da história social, importado para Portugal pelos seguidores de Le Play e retomado pelo Cambridge Group, sobre as estruturas domésticas e a importância da família complexa em Portugal; o debate, lançado desde cedo pela sociologia das classes sociais, sobre o papel da família na recomposição social e na reprodução das desigualdades sociais; por último, o debate sobre a família e as desigualdades de género.

Os debates e as problemáticas subjacentes são bem conhecidos. Na discussão sobre a classificação dos diferentes Estados-providência na Europa, Portugal é colocado ao lado dos outros países do Sul no modelo *re-*

sidual e conservador, cujos traços incluem um Estado-providência fraco que, apesar de enfatizar uma ideologia familiarista, dá pouco apoio às famílias. Nesse modelo, os subsídios são baixos, os equipamentos insuficientes e a legislação pouco protectora. Em contrapartida, sublinha que as famílias asseguram uma grande parte da «providência» (propõe-se, aliás, o conceito de «sociedade-providência»), substituindo o Estado em muitas das suas funções de assistência e apoiando-se, nessas tarefas, em redes alargadas de parentes. O conceito de «sociedade-providência» sugere a existência de um «familiarismo» forte e de laços familiares extensos que compensam, especialmente no caso dos mais desfavorecidos, a ausência de apoio por parte do Estado. Assim, do ponto de vista do objecto de estudo, emergiu como uma questão importante de pesquisa perceber se as famílias na sociedade portuguesa, nomeadamente as mais vulneráveis, se encontravam decisiva e sistematicamente inseridas numa lógica de acção colectiva virada para a entajuda.

O velho debate sobre as estruturas domésticas em Portugal representava outro desafio. Para além de ser fundamental, quando se procuram retratar dinâmicas familiares, saber qual é a estrutura do grupo doméstico, isto é, quem são as pessoas que residem juntas e estão envolvidas na vida familiar, o problema da estrutura doméstica prende-se de perto com a questão já mencionada do familiarismo. Nos anos 80 e 90, os países do Centro e do Norte da Europa tinham poucas famílias complexas, enquanto os países da Europa do Sul evidenciavam percentagens bastante elevadas. Daí a considerar que às diferentes gerações em Portugal subjaz um desejo forte e normativo de viverem juntas, debaixo do mesmo tecto, vai um pequeno passo. Por isso, fomos guiados pela ideia de que era importante esclarecer os contornos da co-residência e indagar os seus motivos não só com o intuito de caracterizar as dinâmicas internas, como também de perceber os significados da família complexa.

A questão da evolução das classes sociais em Portugal surgiu como um terceiro desafio. A investigação sobre a estrutura social da população portuguesa dos anos 60 aos anos 90 veio revelar a profundidade da recomposição social e a intensidade dos fluxos de mobilidade protagonizados por segmentos significativos dessa população (v. Costa *et al.*, 1998). A par da evolução em termos espaciais – concentração da população no litoral, crescimento urbano, despovoamento do interior – e em termos das transformações nas actividades económicas – terciarização e feminização da população activa –, ocorreram processos importantes de recomposição da estrutura de classes da sociedade portuguesa. De forma resumida, podemos falar de cinco movimentos principais: o declínio acentuado das fracções de classe ligadas à agricultura, acompanhado todavia pela permanên-

cia, sobretudo nas zonas de industrialização difusa, de situações familiares de pluriactividade; o peso ainda elevado do operariado industrial, embora em decréscimo lento a partir dos anos 80; o forte crescimento dos empregados executantes de escritórios, comércio e serviços; a permanência, com algumas flutuações, dos trabalhadores independentes; um crescimento dos empresários e dirigentes, assim como das fracções de classe dos profissionais científicos, técnicos e de enquadramento, categorias que mais contribuíram para o aumento do peso global das classes médias.

Para perceber o impacto dos contextos sociais em transformação importava, em primeiro lugar, identificar o sentido da articulação entre a nova estrutura social e a vida familiar. Duas outras razões, mais teóricas, também nos levaram a privilegiar esta relação.

Sugerem alguns sociólogos da família que, na passagem para o novo modelo «relacional» de família, a conjugalidade e a vida familiar se encontram progressivamente esvaziadas de determinismos sociais. Ao antigo casamento «de conveniência», fortemente homogâmico e expressão fundamental da produção e reprodução das clivagens de classe, teria sucedido um casamento romântico baseado nos determinismos das preferências, dos afectos e da personalidade. Verificar, no caso da sociedade portuguesa, se o estatuto social dos cônjuges influencia as dinâmicas internas, e de que forma o faz, revelava-se, deste ponto de vista, uma hipótese prioritária de trabalho.

A segunda razão liga-se directamente à anterior, mas leva-nos mais longe, para o campo das desigualdades de género. A ideia do enfraquecimento dos determinismos sociais pode facilmente fazer esquecer as desigualdades de género ao produzir, num movimento semelhante ao anterior, a ideia de uma separação entre as relações sociais de género e a essencialidade (sentimental) atribuída às relações familiares actuais. Descortinar a existência de assimetrias de género em diferentes dimensões e momentos da vida familiar não podia, por isso, deixar de ser um motivo central de pesquisa, sobretudo numa sociedade em que, ao longo das últimas décadas, se destacam alterações importantes na escolarização e na participação feminina no mercado de trabalho. É uma indagação que percorre toda a investigação, encontrando-se tratada mais detalhadamente nas análises relacionadas com a escolha do cônjuge, as dinâmicas de interacção, a divisão familiar do trabalho, o impacto das transições familiares na identidade das mulheres e os trajectos escolares dos filhos e das filhas nas famílias pesquisadas.

3. Na sociologia da família há muito que se procura ultrapassar uma análise demasiado estática, que fixa o olhar da pesquisa num único momento da vida familiar, e abrir a investigação ao estudo dos percursos e

das trajectórias, indicadores fundamentais para perceber a vida familiar no seu pulsar temporal. Existe um «tempo interno» à própria vida familiar, podendo as relações e as identidades alterar-se em função de certos acontecimentos, como o nascimento de um filho ou a doença de um membro da família, ou variar de acordo com determinados percursos, como a passagem pela coabitação ou a duração, mais ou menos longa, da vida conjugal.

A perspectiva desenvolvimentista abriu caminho, através do conceito de ciclo de vida familiar, para a análise das suas «fases» ou etapas típicas: casamento, vida em casal sem filhos, vida em casal com filhos pequenos, etc. Outros contributos teóricos vieram depois fazer evoluir a análise do tempo interno da família. Considerando a perspectiva do ciclo de vida demasiado normativa e redutora da variedade dos percursos, a teoria do *life course* avançou alguns conceitos mais flexíveis e mais centrados nos percursos de cada indivíduo dentro da família. Sublinhou, por um lado, a importância do estudo dos momentos ou *transições*-chave da vida familiar e propôs, por outro lado, uma visão da família como uma espécie de matriz composta por um conjunto de *percursos de vida* individuais – construídos na base de diferentes trajectórias escolares, profissionais, conjugais – que, na sua articulação, e ao longo do tempo, vão matizar, de forma diferenciada e original, o percurso e a dinâmica de cada família.

Construir um olhar sobre o tempo interno das famílias, apesar das limitações inerentes a um inquérito extensivo realizado num dado momento, constituiu um objectivo importante de pesquisa. Face a um possível menor impacto dos contextos sociais na diferenciação das famílias e, pelo contrário, a uma eventual maior influência da autonomia das famílias na organização das suas dinâmicas, a hipótese de encontrar diversidade no plano dos tempos internos era, no quadro do estudo da modernização da vida familiar, um elemento indispensável.

Está preocupação analítica obrigou, no entanto, a um recentramento do objecto de estudo. Para captar o impacto de algumas transições-chave, como o momento da entrada na conjugalidade e a passagem para a parentalidade, optou-se por focalizar a pesquisa nas famílias de casais com filhos em que pelo menos um tem entre 6 e 16 anos. Justifica-se a escolha por dois motivos principais: por um lado, centrava-se agora a análise no tipo predominante de família na sociedade portuguesa, ou seja, nas famílias de casais com filhos; por outro lado, ao reduzir o campo de estudo a este tipo de famílias, abria-se caminho à possibilidade de testar várias hipóteses de relevância sociológica, incluindo a do impacto do tempo interno, já que todos os casais com filhos pesquisados teriam efectuado pelo menos três transições-chave: a entrada na conjugalidade, o nascimento do primeiro filho e a entrada de um ou mais filhos na escolaridade obrigatória.

Sumariamente, foram estas as interrogações e as hipóteses de trabalho que, no seu conjunto, informaram e moldaram o objecto de estudo. Na procura de responder a múltiplas influências, internas e externas à disciplina, e de colmatar algumas das lacunas de conhecimento sobre as famílias em Portugal, centrámos a investigação nas famílias de casais com filhos, abrindo espaço a uma abordagem mais alargada das temáticas e das hipóteses testadas.

O enfoque da pesquisa

Para obter um retrato diversificado das famílias e analisar a relação entre as dinâmicas de funcionamento e os principais factores que afectam a vida familiar delimitámos o âmbito da pesquisa a sete lugares privilegiados de observação.

A *formação da família* é um conceito que remete para o processo da *escolha do cônjuge* (local de encontro, traços homo ou heterogâmicos dos parceiros), para as formas de *entrada na conjugalidade* (passagem ou não pela coabitação, casamento civil ou religioso) e para o *calendário* de formação conjugal (idades, tempos de namoro e de coabitação). Constitui, assim, um primeiro ponto de análise fundamental, quer dos valores e dos significados da conjugalidade, inscritos desde logo no início do percurso conjugal, quer da influência dos capitais, materiais ou simbólicos, que podem actuar na escolha do cônjuge e permitir a conservação ou, pelo contrário, a diminuição do património social de partida dos cônjuges, quer ainda das assimetrias de género que se podem incorporar, subtilmente, tanto na escolha do cônjuge como nas formas de conjugalidade mais institucionais ou mais informais. Por exemplo, o casamento formal, seja civil ou religioso, cristaliza deveres e direitos, papéis e estatutos específicos que podem condicionar, à partida, a organização dos papéis de género na família.

Através das *interacções familiares* procurou-se caracterizar a natureza dos laços sociais que estruturam as dinâmicas internas ao grupo familiar. Esta perspectiva de análise articula, na pesquisa efectuada, três conceitos sistematicamente trabalhados na sociologia das interacções familiares: o de *coesão*, o de *orientação* e o de *integração*. O primeiro define a natureza do laço social que une (ou separa) os membros da família. Pode assentar numa concepção mais «autónoma» ou mais «fusional» das relações que os ligam. Nos casais e nas famílias onde predomina a fusão, a família

é apresentada enquanto unidade de pessoas semelhantes que procuram partilhar valores, centros de interesses, ideias, bem como recursos materiais, tempos livres e amigos. Pelo contrário, quando predomina a autonomia, o acento é sobretudo colocado sobre as diferenças e as especificidades e sobre o casal como «duo», e não apenas como unidade (Théry, 2000), o que, na prática, se pode traduzir em quotidianos mais independentes em termos de actividades e lazeres. Com o conceito de *orientação* pretendemos olhar para o casal e a família enquanto lugar de construção nómica, ou seja, analisar as finalidades e as normas que dão sentido às trajectórias individuais, conjugais e familiares. (O que é o casal e a família para os indivíduos? Em função de que valores e ideais se define e se organiza?) Ao contrário da aproximação clássica, que opõe orientações expressivas e instrumentais, procurou-se uma definição centrada na combinação possível de diferentes tipos de finalidades e de orientações normativas. Por último, o conceito de *integração* visa medir a abertura ou o fechamento conjugal/familiar em diferentes domínios da vida familiar. Considera-se a abertura e o fechamento ao mundo exterior (saídas, actividades e interesses sociais, culturais, políticos), à rede de parentes, amigos e vizinhos e à vida profissional (integração no mundo profissional *versus* fechamento doméstico).

A *divisão familiar do trabalho*, conceito central da sociologia da família desde que Parsons (1955) propôs, como divisão ideal para a família moderna, o modelo do homem provedor a assegurar o papel «instrumental» da família e a mulher dona de casa a assegurar o papel «expressivo», é um lugar de observação obrigatório para analisar a mudança nos papéis de género na família. Considerando a divisão do trabalho pago e não pago (tarefas domésticas, cuidados às crianças) tanto ao nível das representações ideais como das práticas, procurou-se captar várias dimensões da divisão familiar do trabalho: os *modelos ideais de divisão do trabalho profissional e doméstico*, os *modos (práticas) actuais de divisão*, as principais *discrepâncias* entre ideais e práticas, e, por último, as *permanências e mudanças* ao longo do percurso familiar.

Com o objectivo de aprofundar a análise anterior dos papéis de género na família, o conceito de *identidade* foi o instrumento utilizado para nos aproximarmos, ainda que sucintamente, da forma como a mulher na família se coloca subjectivamente face aos diversos papéis, transições e domínios da vida familiar. Trata-se aqui, por um lado, de saber se a identificação das mulheres com a esfera doméstica – num período marcado por transformações rápidas no plano da escolarização e do emprego femininos – coincide, se integra ou se opõe aos novos espaços de participação (procurando-se na análise captar os principais *domínios de gratificação* da mu-

lher) e, por outro lado, de avaliar o impacto que as *transições familiares* (entrada na conjugalidade, nascimento do primeiro filho) provocaram no dia a dia e no relacionamento da mulher com as diversas esferas da sua vida (pessoal, conjugal, de trabalho doméstico e profissional, nas relações familiares e amicais).

Para alguns autores é no *lugar da criança* e no seu estatuto social dentro da família que se encontra a chave da modernização da vida familiar (Ariès, 1960). Interessado sobretudo na evolução da família, Ariès estabeleceu uma relação directa e fundamental entre a família moderna, privatizada e relacional, e a emergência do sentimento da infância. De uma forma simples, explicou-nos que, ao retirar a criança à educação familiar e ao trabalho infantil, a sociedade devolve a criança à família enquanto objecto afectivo privilegiado. Foi o trabalho de Ariès que levou, ao longo das últimas décadas, à análise sistemática das *funções* instrumentais e expressivas que as crianças desempenham no seio na família. Sem descurar a importância deste enfoque, em particular numa sociedade como a portuguesa, que foi predominantemente rural até há muito pouco tempo, o estudo do lugar da criança assentou, nesta pesquisa, em mais três perspectivas, cada uma delas com referências conceptuais específicas. A primeira, tradicionalmente abordada pelos demógrafos e sociólogos da família, é uma perspectiva quantitativa centrada na análise da *fecundidade*. Nesta pesquisa analisam-se os projectos de fecundidade, os calendários e as descendências efectivas, mas também, numa visão mais qualitativa, as discrepâncias entre ideais e descendências, assim como os motivos apresentados pelas inquiridas para uma fecundidade reduzida. Numa segunda perspectiva, raramente incluída no descortinar do lugar da criança, examinam-se *os modos de guarda* da criança pequena (1-2 anos). Saber se a criança fica em casa com a mãe, vai com ela para o trabalho, fica ao cuidado de uma avó ou de uma ama paga ou ainda num equipamento colectivo traduz a forma como as famílias, em particular as mulheres, articulam hoje os cuidados à criança, a vida profissional e a relação com outros possíveis cuidadores: educadores de infância, avós, outros familiares, amas. Deixar de trabalhar e ficar em casa com uma criança pequena pode significar a falta de acesso a um equipamento adequado, mas também pode remeter para uma concepção específica do lugar da criança: junto da mãe, considerando-se que os cuidados maternos, e na ausência deles da avó, são os melhores para educar uma criança desta idade. Através dos seus valores e das suas políticas familiares, as sociedades desenvolvem práticas e representações diferentes a este respeito. Trata-se assim, na actual pesquisa, de perceber como é que o lugar da criança pequena tem evoluído, se mais centrado numa prática maternalista e familiar dos cuidados, se mais aberto à

delegação dos cuidados em amas ou em equipamentos colectivos. Por último, através da análise da *relação dos filhos e das filhas com a escola*, coloca-se uma interrogação relativamente à articulação entre família, género e percurso escolar. Investigando o sucesso, o insucesso e o abandono escolares dos rapazes e das raparigas nas famílias pesquisadas, procurou-se verificar se o género, por um lado, e a herança familiar e social, por outro, influenciam e conduzem à construção de relações diversas com a escola. Dados os níveis elevados de insucesso escolar na sociedade portuguesa, a relação das crianças e dos jovens com a escola constitui um lugar de observação prioritário das desigualdades sociais e de género que se associam às famílias.

Como se pode constatar, partimos nesta investigação do pressuposto de que as famílias de casais com filhos não são unidades socialmente autónomas e isoladas. As suas fronteiras são permeáveis, articulando o sentido da vida familiar a contextos relacionais e sociais mais abrangentes. Um outro lugar fundamental de observação dessa articulação encontra-se no *grupo doméstico de co-residência*. Apesar de uma norma ideal de autonomia conjugal e de residência separada («quem casa quer casa»), os percursos residenciais dos casais podem ser variados, alterando-se em função dos acontecimentos familiares e das mudanças que afectam os indivíduos ao longo da vida. Por razões diferentes, desde a falta de alojamento até à necessidade de cuidar de um idoso dependente, os casais vivem por vezes em configurações domésticas mais complexas, partilhando o espaço de co-residência com um conjunto alargado de pessoas, aparentadas ou não aparentadas. Procurou-se, assim, caracterizar os grupos domésticos de co-residência e analisar as trajectórias residenciais ao longo da vida familiar, bem como a linha e a direcção do parentesco nas famílias complexas (alargadas ou múltiplas).

As relações sociais primárias não se esgotam no espaço doméstico de co-residência. Pelo contrário, fazem apelo de forma sistemática a sociabilidades, contactos próximos e *redes sociais de apoio* que extravasam o grupo doméstico e englobam tanto relações de parentesco como relações de amizade ou de vizinhança. Por isso, um último lugar privilegiado de observação das relações sociais externas às famílias de casais com filhos diz respeito às relações de entreajuda entre estas e outras pessoas próximas (parentes, amigos, vizinhos, colegas de trabalho) que não vivem debaixo do mesmo tecto. Através de várias dimensões – o volume e a natureza dos apoios, o sexo e a lateralização dos dadores – procurou-se caracterizar a rede social de apoios nos diferentes momentos da vida familiar, analisando depois os factores determinantes das variações encontradas.

Em suma, mais do que inovar do ponto de vista dos lugares de observação, elegemos aqueles que, por um lado, no âmbito da sociologia da

família se revelam mais fecundos para identificar os funcionamentos familiares e, por outro, aqueles que respondem directamente a hipóteses ou a interrogações levantadas por esta investigação, tendo em conta limitações de pesquisas anteriores (as questões do tempo familiar e das relações sociais que extravasam a família nuclear) e especificidades de análise do contexto português (a questão da co-residência). Note-se, por outro lado, que a esta escolha dos lugares de observação estão subjacentes alguns pressupostos metodológicos que importa relembrar. Antes de mais, procurou-se evitar, como referência exclusiva, a perspectiva *conjugalocêntrica* que tem marcado a sociologia da família, inscrevendo a relação conjugal no âmbito do grupo doméstico e da rede social primária, que engloba tanto relações de parentesco como vicinais e amicais. Desta forma, parte-se da distinção entre *família* (definida por laços de consanguinidade e de aliança), *grupo doméstico* (definido pela co-residência e pela partilha de um espaço de vida) e *rede social primária* (definida pelas relações de apoio e pelos contactos próximos), sendo que os três são dinamicamente marcados pela instabilidade de fronteiras ao longo do tempo. Em segundo lugar, privilegiamos, em grande parte, os domínios (indicadores) da vida familiar relacionados com o dia a dia e as rotinas dos membros da família – a vida profissional, as tarefas domésticas, os lazeres e as saídas, os apoios que se recebem, o impacto das transições familiares na vida quotidiana das mulheres, a relação dos filhos com a escola – em detrimento de outros domínios da vida familiar, tais como os conflitos familiares e o poder. Sublinha-se nesta escolha metodológica uma perspectiva próxima da sociologia da vida quotidiana e da etnometodologia, considerando-se que as rotinas e os comportamentos do dia a dia podem revelar e traduzir, de forma privilegiada, os funcionamentos familiares, as hierarquias, as desigualdades e as mudanças em curso. Por último, a atribuição de um papel destacado à dinâmica processual gerada por momentos-chave de transição familiar, transições essas que, vividas no tempo pela família, contribuem para a construção de percursos domésticos e familiares diferenciados. Esta estratégia não significa, no entanto, deixar de atribuir um lugar explicativo fundamental às posições ocupadas na estrutura social e no mercado de trabalho.

Famílias em Portugal: uma primeira síntese das grandes tendências

Seguindo os pontos nevrálgicos de questionamento e de observação que acabámos de expor, o livro organiza-se em quatro partes: depois de

um capítulo introdutório, onde se descreve a construção da amostra e se faz uma breve caracterização da população inquirida em função de algumas variáveis-chave, encontra-se uma primeira parte sobre a *formação da família*, uma segunda sobre as *dinâmicas da vida conjugal e familiar*, uma terceira relativa ao *lugar dos filhos* e uma quarta que incide sobre os *espaços de co-residência e de entreaajuda*. No interior das diversas partes, cada capítulo tem alguma autonomia, referindo-se, de início, as hipóteses de trabalho e os pressupostos específicos dos autores e sintetizando-se, no fim, as conclusões. Partindo de um quadro comum de perspectivas, de variáveis explicativas e de interrogações gerais sobre a vida familiar em Portugal no fim do século XX, deu-se liberdade aos autores para aprofundarem, de forma individualizada, a aproximação aos dados empíricos e à sua interpretação. É possível, deste ponto de vista, ser feita uma leitura mais independente de cada capítulo.

Não cabendo na introdução apresentar as conclusões dos diversos capítulos, importará, contudo, referir de leve as tendências que ao longo da análise se foram desenhando, umas mais esperadas do que outras.

Sobre a questão clássica da mudança, a pesquisa permitiu constatar que as famílias portuguesas mudaram muito. A primeira transformação que se destaca, se optarmos por uma leitura de gesto largo e abrangente, diz respeito a um movimento de privatização da vida conjugal e familiar relacionado, em grande medida, com as mudanças na sociedade portuguesa ao longo das últimas décadas. A emigração nos anos 60 e 70, a melhoria das condições de vida, a entrada da mulher no mercado de trabalho (permitindo um duplo rendimento familiar), as alterações de valores a seguir ao 25 de Abril, entre outras, deram aos jovens casais novas oportunidades de formarem família, de realizarem sonhos de casa própria, de se autonomizarem em relação aos parentes e à terra (no seu duplo sentido), de se distanciarem de interações familiares formais, hierarquizadas e fortemente controladas pelas gerações mais velhas, de viverem algum companheirismo (indo juntos ao café ou ao supermercado, por exemplo), de centrarem o seu esforço na educação e na promoção da vida dos filhos. Para a grande maioria das famílias portuguesas, pertencentes aos grupos sócio-profissionais dos operários industriais e trabalhadores desqualificados dos serviços, dos camponeses e assalariados agrícolas, são vários os indicadores, ao longo da investigação, que traduzem este movimento: a progressiva maior independência residencial dos casais recém-casados ao longo das últimas décadas; uma orientação mais virada hoje para o companheirismo, para a norma de igualdade nos papéis de género (um traço que se destaca bastante nas famílias portuguesas) e para um forte centramento identitário nos filhos e no casal; a importância da função afectiva

dos filhos, da função de solidariedade emocional ao longo da vida e da mobilidade social dos filhos (em detrimento da função instrumental da «ajuda em casa e no trabalho», que se atenua agora fortemente); a passagem para normas de coesão onde predomina o desejo de fusionalidade conjugal. Em contrapartida, o modelo «instituição» – assente em valores tradicionais, como o respeito, enquanto sentimento conjugal procurado, a recusa do divórcio, o ideal do provedor masculino, assim como em práticas de coesão baseadas numa forte segregação entre os cônjuges – é hoje minoritário, embora esteja sempre mais ancorado nos meios rurais e operários. Não deixa, no entanto, de ainda representar valores estatísticos que indiciam uma certa permanência no tempo desta forma de organização familiar.

O movimento de privatização, efectuado há mais tempo noutros países, revela, como já foi referido, traços específicos de abertura – de maior autonomia residencial, de saída das mulheres para o mercado de trabalho, de relação companheirista entre os membros da família –, mas também de algum fechamento sobre a família nuclear. Este fechamento associa-se a um quotidiano onde, à excepção da vida profissional e escolar, os casais e as famílias se encontram bastante encerrados sobre si mesmos: quer sobre o espaço da casa, com poucas saídas, interesses e convívios (verificando-se que uma proporção elevada das famílias inquiridas nestes meios não têm ou têm apenas um volume mínimo de convívios e de actividades no exterior); quer sobre as tarefas domésticas, que pesam fortemente sobre as mulheres nas famílias destas classes sociais (apesar de representarem, para muitas delas, um elemento importante de gratificação e identificação); quer em termos de apoios familiares, já que uma proporção elevada das famílias de meios desfavorecidos apenas tem apoios ocasionais dos parentes próximos; quer ainda sobre a reprodução do insucesso escolar dos filhos e das filhas, não obstante o desejo de mobilidade e o esforço de investimento na educação de descendências reduzidas de um ou dois filhos.

Um segundo movimento de transformação evidenciado ao longo desta pesquisa, embora menos enfático e generalizado, diz respeito ao «individualismo» enquanto aspiração e norma social da vida privada nos meios mais favorecidos. No modelo «associativo», também minoritário (representando apenas 15% do total das famílias), os membros do casal procuram um equilíbrio entre a sua emancipação individual e as suas responsabilidades familiares e sociais. Encontram-se, nos ideais e nas práticas destas famílias, maiores investimentos no projecto profissional da mulher, práticas mais autónomas no que diz respeito à gestão do dinheiro e às actividades e lazeres fora de casa, uma abertura ao exterior de todos os membros da família e um maior centramento no casal. Os recursos eleva-

dos, tanto materiais como em apoios familiares, facilitam um investimento intensivo no modelo da dupla profissão, que é acompanhado pela delegação tanto da guarda de crianças pequenas (sobretudo nas avós, na creche privada e nas empregadas domésticas) como das tarefas domésticas (na empregada doméstica). Existem, no entanto, outros constrangimentos que podem contrariar ou travar o movimento em direcção à individualização: os papéis parentais, por exemplo, em particular o papel maternal nas mulheres altamente qualificadas (as que neste estudo têm projectos de descendência mais ambiciosos), ocupam um lugar central e um sentido importante na existência, o que também pode dificultar ou contrariar o trajecto de emancipação pessoal; práticas mais familialistas – verificando-se nesta pesquisa que a solidão de idosos viúvos, e não apenas a sua dependência, é um motivo frequente de acolhimento – também se podem cruzar com trajectórias de maior individualização. Em suma, o movimento em direcção à individualização no interior da família tem de ser visto e interpretado no contexto das famílias de classe onde emerge e no seio dos constrangimentos, familiares, parentais e identitários, que o acompanham e influenciam.

Observa-se, por outro lado, que, do ponto de vista da divisão familiar das tarefas domésticas, não são as famílias acima mencionadas que se apresentam globalmente mais igualitárias, mas sim as dos grupos sócio-profissionais intermédios. É nas famílias em que a mulher tem, regra geral, o ensino secundário que encontramos a proporção mais elevada de situações em que existe *bastante partilha conjugal* (onde o cônjuge participa sempre ou muitas vezes em duas ou mais tarefas rotineiras). Menos «associativas» e com maiores expectativas de um modelo fusional (e aberto) de vida conjugal e familiar, estas famílias pertencem geralmente ao grande conjunto das que preferem a fusão e também procuram pôr em prática alguma igualdade de género em casa, dividindo as tarefas mais pesadas não só entre os cônjuges, mas também entre as filhas e os filhos mais velhos (*divisão familiar do trabalho*). Globalmente, porém, as formas mais partilhadas do trabalho doméstico representam valores ainda pouco elevados, sobressaindo, pelo contrário, como modo predominante (mais de metade das famílias) a divisão diferenciada, em que é *sobretudo a mulher* a fazer sozinha as tarefas domésticas rotineiras (cozinhar, tratar da roupa, limpar, tratar da loiça). A partilha conjugal (em que existe *alguma* ou *bastante partilha* no casal) abrangia, no momento do inquérito, 17% dos casais.

Três últimas observações. A primeira diz respeito à influência esmagadora das variáveis sociais, como o nível de educação e a situação de classe, nas famílias em Portugal. Servem dois exemplos para ilustrar esta afirmação, um relativo a resultados mais esperados, outro a dados mais

surpreendentes. Em primeiro lugar, verifica-se ao longo da pesquisa que o nível de educação e a classe social do casal são os factores mais explicativos da diversidade encontrada nos processos de formação e de organização da vida familiar: o local de encontro dos cônjuges varia segundo a classe social; os projectos de fecundidade diferem segundo o nível de educação da mulher; o modo de divisão do trabalho em que a mulher faz tudo sozinha surge mais associado aos meios desfavorecidos; os valores «associativos» aos grupos sócio-profissionais favorecidos. Não existe uma colagem necessária e imediata entre funcionamento familiar e classe social, mas esta variável continua, sem dúvida, a ser a que mais diferencia as aspirações e as práticas familiares em Portugal. Um segundo resultado, menos esperado, diz respeito aos apoios familiares recebidos nos diversos grupos sociais: verifica-se na pesquisa que é nas classes menos favorecidas que existe menos apoio familiar e um menor volume de grandes ajudas ao longo do percurso familiar. Surpreendente devido à hipótese amplamente difundida segundo a qual a importância das ajudas familiares (da «sociedade-providência») é mais característica dos meios desfavorecidos, a investigação revela, pelo contrário, uma enorme desigualdade social nos apoios familiares.

A segunda observação complementa o comentário anterior, ao sublinhar que a pluralidade de percursos, de interações e de relações sociais encontrada nas famílias do inquérito também sofre a influência, embora geralmente menos saliente, da posição religiosa, da região, da condição perante a actividade económica, do tempo «social» – em que as mulheres inquiridas entraram na conjugalidade: décadas de 70, de 80 ou de 90 – e dos percursos internos da vida familiar. O tempo interno das famílias não se revelou tão explicativo como as determinantes sociais e de vida profissional e o tempo «social». Em contrapartida, permitiu fazer uma análise sociológica minuciosa das permanências e das mudanças ao longo do percurso familiar e observar que o nascimento do primeiro filho é uma transição-chave na vida familiar: de mobilização das ajudas familiares, de mudança na vida quotidiana da mulher e do casal. Também permitiu revelar assimetrias importantes de género, mostrando, por exemplo, que as trajectórias profissionais dos homens e das mulheres foram muito diferentes ao longo das últimas décadas: os homens trabalharam sempre a tempo inteiro e interromperam raramente a vida profissional; as mulheres tiveram três grandes tipos de trajectória: trabalharam sempre (por vezes a tempo parcial), foram sempre domésticas, ou tiveram uma trajectória alternada de entrada e saída do mercado de trabalho. Verificou-se, assim, que a análise do desenvolvimento da vida familiar no tempo permite identificar assimetrias, picos de mudança e reformulações da divisão do trabalho dificilmente acessíveis a um inquérito que limitasse a observação a um momento único da vida familiar.

O terceiro e último comentário diz respeito ao movimento de informalização da vida familiar. Neste campo, ao contrário do movimento de privatização, observam-se através do inquérito algumas tendências menos marcadas. Por um lado, no domínio dos valores relativos ao divórcio, encontra-se uma aceitação bastante generalizada da ruptura conjugal (sabendo-se também, através das estatísticas demográficas, que a prática do divórcio tem aumentado de forma regular, sobretudo nos anos 90). No entanto, esta visão menos institucional dos laços conjugais é acompanhada por uma entrada na vida conjugal onde ainda predomina o casamento formal, civil ou religioso. Nota-se, é verdade, um aumento ligeiro da união de facto e uma tendência crescente, embora minoritária (apenas um casal em dez), de entrada na conjugalidade através da coabitação seguida pelo casamento. Criaram-se, assim, novas brechas e alternativas nos percursos conjugais que, embora pouco significativas em números e bastante transversais aos meios sociais, denotam uma menor estigmatização tanto do divórcio e da recomposição familiar como da coabitação.

Em resumo, tendo em conta as grandes tendências analisadas e o âmbito das mudanças (e ausências de mudança) em curso, podemos talvez concluir que se observa, nas famílias portuguesas do fim do século XX, uma combinatória específica de movimentos: ao lado de um movimento marcado de privatização, de um movimento de alguma individualização e de mudanças lentas e graduais nos papéis de género, regista-se uma continuada aproximação ao *casamento*, ou seja, uma vontade, bastante expressiva, de uma conjugalidade vivida ao abrigo de uma instituição reconhecida e legitimada, embora nela pesem os afectos e um ideário fusional e de igualdade que reúne a maioria das aspirações.